

## RESUMOS DAS CONFERÊNCIAS

### **Albérico Afonso**

#### ***"O movimento operário em Setúbal no período da Ditadura Militar – Da resistência revolucionária à humilhação paternalista"***

O 28 de Maio, ao chegar a Setúbal, encontrará uma cidade que havia perdido o fulgor dos tempos em que tinha sido crismada como a *Barcelona portuguesa*.

Uma crise profunda na indústria conserveira molda-lhe uma fisionomia faminta. Estamos perante uma cidade cansada que faz contas à vida e repara num *superavit* de perdas e derrotas, que culminam num desemprego massivo.

Nos anos que correspondem à Ditadura Militar vamos assistir ao aprofundar da crise económica. Desemprego, fome, miséria, que atinge as raias da sordidez, com uma mendicidade que dia após dia vai ocupando as ruas da cidade, são os traços sociais tão profundos quanto visíveis que caracterizam a Setúbal deste período.

As autoridades perante este quadro de miséria pungente chegam a extraditar para fora do concelho famílias inteiras que não sendo naturais da cidade aqui se deslocam para subsistir nomeadamente através da mendicância. Pagam-lhes o transporte para os pontos de origem.

O novo regime vai ser saudado pelos industriais conserveiros que no seu jornal *A Indústria* se desdobram em elogios e afectos. Começam-se a ouvir os primeiros acordes da nova acústica pró fascista, com panegíricos entusiásticos a Mussolini e ao seu anti-liberalismo. Ao mesmo tempo os industriais conserveiros tentam baixar os salários e restabelecer o poder nas fábricas limitando a actuação das associações de classe.

As elites republicanas locais estão muito divididas e enfraquecidas pela fratricida luta política. Uma parte rende-se desde logo aos vencedores do 28

de Maio, juntando-se-lhes de uma forma entusiástica, sendo que a outra parte vai ter uma relativa passividade e expectativa face ao golpe.

Só um reduzido número de elementos mantém viva a chama da defesa do Estado liberal.

Por sua vez o movimento operário e popular setubalense tarda em dar uma resposta à ofensiva patronal.

Em Agosto de 1927 os industriais conserveiros tentam impor um corte salarial de 30%. Uma onda de indignação perpassa pela cidade que obriga o patronato a recuar.

Serão, no entanto, os trabalhadores marítimos que em 1931 irão travar o mais duro dos combates do operariado setubalense. É uma greve que se prolonga por mais de três meses, num permanente conflito com o pesado poder dos armadores. Esta greve encerra um longo ciclo de duras confrontações sociais em Setúbal.

Para além do afrontamento com o Governo, a CGT e o PCP travam na cidade um outro combate. Ambos competem pela hegemonia deste movimento grevista, disputando a direcção da confrontação com o poder da Ditadura Militar e dos patrões.

## **Maria Inácia Rezola**

### ***"Sindicatos e Sindicalismo Católico no Estado Novo Salazarista"***

O fenómeno do sindicalismo católico em Portugal é relativamente tardio. Enquanto noutros pontos da Europa se assiste, desde finais do século XIX, ao desenvolvimento da reflexão dos católicos sobre esta questão e, ainda, à criação de importantes organizações, em Portugal os primeiros sindicatos católicos datam de inícios dos anos 30 do século XX.

Ainda que numericamente pouco expressivas, estas experiências sindicais são bastante significativas traduzindo o recetrar do posicionamento de determinados sectores da Igreja relativamente à questão social.

A institucionalização do Estado Novo irá, no entanto, obrigar à reformulação da estratégia destes "sectores avançados" da Igreja Portuguesa num processo nem sempre pacífico.

## **João Madeira**

### ***"As greves e os sindicatos – padrões reivindicativos no marcelismo"***

Na tradição do entrismo nos Sindicatos Nacionais, comunistas, católicos e activistas sem partido, aproveitam as alterações legislativas na área do sindicalismo corporativo, alargando e consolidando posições.

Assiste-se a uma reorientação da actividade sindical que, mercê de condições de actuação mais favoráveis, abandonam o antigo modelo de intervenção, muito estreito e limitado, e ensaiam não só uma articulação nacional, através da Intersindical, mas também movimentações de massas em torno fundamentalmente da contratação colectiva, com particular atenção às questões da informação e da mobilização sindicais, ganhando, por vezes, a rua.

Todavia, a degradação das condições de vida, por efeito da inflação geram um conjuntura social que evolui para importantes vagas grevistas na fase final do marcelismo, que ultrapassa largamente os sindicatos nacionais, mesmo aqueles que dispunham de direcções da confiança dos trabalhadores, gerando dinâmicas dificilmente enquadráveis mesmo de um ponto de vista político, acompanhando uma radicalização tendencial que prenunciava o fim do regime.

Nos sindicatos ou nas empresas, desenvolvem-se como que dois ritmos e duas respirações, que traduzindo descontentamento e mal-estar, revelam dificuldade em se compatibilizarem no concreto do terreno da luta social. Tais dinâmicas, podendo ter constituído, em ambos os casos, importantes alavancas no sentido do derrube do regime, não conseguiram, no entanto, ser o elemento determinante.

## **Ana Sofia Ferreira**

### ***"Reflexões em torno de uma prática sindical à margem do PCP durante o marcelismo"***

Na sequência da Primavera Marcelista e das alterações à orgânica dos sindicatos nacionais introduzidas por Marcelo Caetano, cresceu um importante sector sindicalista oposicionista, protagonizado em grande medida por comunistas e católicos progressistas que vão conseguir

conquistar cerca de 30 direcções sindicais em listas compostas por membros desafectos ao regime, algumas das quais em importantes sindicatos.

As reuniões Intersindicais que congregam desde 1970, de forma semi-clandestina, as direcções de vários sindicatos constituem um facto relevante ao proporcionarem a articulação entre sindicatos de diferentes sectores de actividade, o que o regime proibia.

Apesar de breves e rapidamente revogadas, as reformas marcelistas no que concerne aos sindicatos nacionais tem como consequência não desejadas pelo regime um enorme surto reivindicativo que tem a novidade de contar com a participação de sectores sociais intermédios ligados ao sector dos serviços

O que se pretende nesta comunicação é esboçar algumas considerações acerca da prática sindical dos sectores oposicionistas que estão à margem do PCP, sobretudo, os católicos progressistas que durante o marcelismo têm uma acção importante no meio sindical.

Procura-se também analisar as pontes que este sector sindicalista vai estabelecer com outras correntes da oposições, nomeadamente, os grupos de exilados que dinamizavam a revista *Polémica* e os *Cadernos Necessários* e que teorizam acerca da necessidade de uma nova prática sindical.

## **Maria João Raminhos Duarte**

### ***"O Sindicalismo no Estado Novo: a organização do PCP e o entrismo no Algarve"***

Acredito na impossibilidade de fazer a História de um país sem monografias exactas e minuciosas das suas localidades e das suas gentes. As narrativas historiográficas tiveram durante séculos como pressuposto o sentimento de pertença comum, da sociedade e dos indivíduos, a uma entidade nacional. Assim, a nação foi um elemento central nos sistemas de representação cultural, nomeadamente na investigação histórica, na qual estava confortavelmente instalado o paradigma de uma inteligibilidade global do social, o da abordagem macrossocial como espelho da nossa realidade colectiva.

O 25 de Abril abriu um vasto campo de investigação historiográfica, com abordagens distintas, e interiorizado o entendimento pelos profissionais da História da mais-valia da História local, iluminadora da visão historiográfica nacional, os estudos sobre as temáticas locais entraram numa nova fase de produção. No panorama da historiografia actual destacam-se as investigações feitas às escalas local e regional pelo seu contributo imprescindível à construção histórica.

O interesse dos historiadores por estas dimensões espaciais explica-se por factores de natureza científica, pela insuficiência das práticas historiográficas e também por motivos de ordem sociopolítica. O local, alçado à categoria central da análise, confere uma nova densidade ao estudo dos agentes e dos factores constitutivos das experiências históricas. Deste modo, a abordagem da história local/regional é um campo privilegiado de investigação para os diversos níveis em que se conjugam e afirmam as relações de poder entre indivíduos, grupos e organizações, bem como para a análise dos intrincados processos de sedimentação das identidades sociais. Enquanto os estudos nacionais ressaltam as generalizações e semelhanças, os locais e regionais trabalham com as diferenças e particularidades, permitindo nas comparações com o nacional/transnacional romper com estereótipos historiográficos.

A história local/regional aporta algumas implicações no que se refere às fontes e agiganta as dificuldades que podem ser acrescidas com a natureza do tema, nomeadamente o estudo de grupos subalternizados ou marginais em relação às estruturas do poder, neste caso o movimento sindical, legal e clandestino, o trabalho de sapa do PCP e a resistência operária à ditadura. Com o objectivo de fazer escapar ao silêncio a memória da resistência operária no Algarve, proponho aqui analisar o percurso do movimento sindical no Estado Novo e suas mutações, revelando o papel do PCP na sua liderança, na qual "furar" era a palavra de ordem, uma tentativa bem-sucedida de cortar o nó górdio corporativo imposto pelo regime ditatorial. As indústrias (conserveira e corticeira) surgem incontornavelmente como pano de fundo do labor da actividade clandestina do PCP, o motor da resistência operária algarvia, que influenciou e condicionou o movimento sindical.

A História do Sindicalismo e da resistência operária ao regime ditatorial

ainda está por fazer. Esta apresentação é um contributo, do ponto de vista da história política, económica e social, do controlo pelos comunistas das associações operárias corporativas, leia-se os sindicatos nacionais, e do seu papel nas actividades e agitação do operariado algarvio contra o regime salazarista, caracterizando essa região por uma significativa prática de resistência à ditadura, que levou Fernando Gouveia a considerá-la a melhor organização provincial do PCP nos anos 30 e 40.

Porém, as duas décadas que antecederam o golpe militar do 25 de Abril de 1974 revelam o declínio da oposição operária e do movimento sindical. O Algarve, como núcleo industrial, declinara paulatinamente. Os incêndios provocados e o fecho de unidades fabris aumentaram o desemprego no operariado corticeiro e a solução de saída para a Margem Sul, onde havia indústria e numerosos conterrâneos, continuou a ser a opção de muitos. Outros escolheram o caminho da emigração, legal ou clandestina. O outrora pujante e emblemático movimento sindical e operário viveu uma longa travessia no deserto. A agitação política e social fazia-se sentir principalmente nos momentos eleitorais e o PCP tinha grandes dificuldades, pela repressão e prisões contínuas, em manter as ligações com o Algarve, conseguindo, porém, ter permanentemente estruturas locais organizadas e controladas por delegacia. As sucessivas prisões de controladores e de militantes comunistas resultaram em extensas declarações à Polícia, que destroçaram a organização local e regional, encontrando-se muitos militantes desligados. Com a partida dos mais activos operários rumo à Margem Sul, a organização local ficou, então, a cargo de antigos simpatizantes e novos militantes que não estavam preparados para a dureza e complexidade das tarefas exigidas.

No rescaldo do "furacão Delgado", a oposição "democrática" foi-se desmobilizando e a esperança na mudança do regime definhou, reaparecendo a ideia da necessidade de um golpe militar para derrubar o regime. Os democratas mais obstinados ingressaram no movimento unitário da CDE. Mas a década de 60 trouxe novos condicionalismos que entreteceram circunstâncias diversas e que provocaram indeléveis mutações na estrutura social e cultural portuguesa, pelo que o país entrou numa fase que Medeiros Ferreira (*in memoriam*) sabiamente designou por "em transe", denunciando as alterações que se adivinhavam inevitáveis na

sociedade portuguesa. O Algarve, ao mesmo tempo periférico e cosmopolita, constitui um paradigma desses tempos em transe. A eclosão da guerra colonial e o aumento significativo de estudantes da província que seguiam rumo a Lisboa, ao Porto e a Coimbra para as Universidades, onde alguns se destacaram nas lutas académicas, foram as pedras de toque. O contexto nacional em mutação encontrou aqui terreno fértil para se desenvolver potenciado pelo advento do turismo internacional, a vinda de muitos estrangeiros para a região e pela especulação imobiliária que proliferou e se expandiu pelas décadas vindouras.

Mas a contestação operária e popular nunca deixou de se fazer sentir por toda a região.

O Sindicalismo também reflectia as mudanças dos tempos. A maior parte dos sindicatos de âmbito nacional, e os mais importantes, eram, então, de «profissões liberais, artísticas e de estatuto social e técnico elevado». Nos sindicatos de âmbito distrital e pluridistrital predominavam os sindicatos operários, e os de trabalhadores de estatuto relativamente baixo.

Com a liberalização marcelista, fruto da pressão interna e externa, o corporativismo português voltou, em 1969, a ter alterações que desencadearam agitação e acção no movimento sindical, que proporcionaram uma nova leva de conquista de direcções sindicais por membros desafectos ao regime, e deram início às Reuniões Intersindicais, embrião da Intersindical Nacional, a futura Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, em Outubro de 1970, em Lisboa.

A pretensa democratização sindical consistiu somente num alterar de tática para manter o controlo e tutela sobre os trabalhadores, o que condicionou e caracterizou a resistência operária e o movimento sindical até a revolução de Abril, exponenciados pela agitação estudantil e pela continuação da Guerra Colonial. O governo marcelista não demorou a reagir e, em Julho de 1971, proibiu a realização das Reuniões Intersindicais, o que provocou uma «quase semi-clandestinidade», que durou até ao fim do regime em Abril de 1974.

Esta apresentação analisa, ainda, com particular atenção o contributo de José Rodrigues Vitoriano e o seu papel no entrismo sindical e no sindicalismo português e europeu, que o guindou ao estatuto de líder sindical reconhecido. Após 17 anos de prisão e sete anos de clandestinidade

no estrangeiro, a 2 de Janeiro de 1973, José Vitoriano saiu de Paris, regressando a Portugal, onde, no Porto, passou a integrar a Comissão Executiva, o organismo que dirigia o PCP no interior do país e do qual faziam parte Octávio Pato, Blanqui Teixeira e Joaquim Gomes. Ficou responsável pela organização sindical a Sul do Tejo. Participava simultaneamente na equipa que preparava o *Avante!*, estando ligado a uma tipografia que imprimia *O Militante!*. Uma entrevista da RPL a José Rodrigues Vitoriano foi transmitida na emissão de 3 de Dezembro de 1973. O líder sindical apelava à participação do operariado nas eleições sindicais desse ano. Os serviços de escuta da PIDE transcreveram a entrevista. Julgavam-no, decerto, ainda no estrangeiro, em vez de na Rua das Laranjeiras da cidade invicta.

O 25 de Abril de 1974 apanhou-o no Porto, em plena reunião da Comissão Executiva. “É daquelas sensações em que uma pessoa fica sem saber onde está. (...) Fui para a rua e andámos misturados com aquela gente toda (...). Foi uma imensa alegria!”.

Mas essa será outra história....

### **José Manuel Lopes Cordeiro**

#### ***"As eleições para o Sindicato Têxtil de Delães em 1971, e algumas questões da história do movimento operário"***

A chegada ao poder de Marcelo Caetano, em Setembro de 1968, e o anúncio de que iria promover uma abertura política do regime criou algumas expectativas em vários sectores da sociedade portuguesa, que acreditaram na possibilidade de que se iria proceder a uma reforma do Estado Novo.

A anunciada abertura política necessitava de se materializar em medidas concretas, pelo que o regime, a fim de lhes dar forma, introduziu algumas alterações legislativas, nomeadamente no domínio da legislação sindical, como os Decretos-Lei nº 49 058, de 14 de Junho de 1969, relativo à designação dos corpos gerentes dos Sindicatos Nacionais, e nº 49 212, de 28 de Agosto de 1969, referente ao regime jurídico das contratações colectivas.

A partir de então, pelo Decreto-Lei nº 49 058, as direcções sindicais eleitas já não necessitavam, para entrar em exercício, de ser homologadas pelo



Governo, todas as decisões que de alguma forma pudessem afectar a legitimidade das eleições ou a sua preparação teriam de ser tomadas pelos tribunais do trabalho, a verificação das condições de elegibilidade passaria a ser efectuada pelos próprios organismos interessados, através de *“uma comissão designada pela mesa da assembleia geral de entre os sócios que não exerçam cargos de gerência no sindicato”*, e as comissões administrativas só poderiam manter-se em exercício até ao termo do processo judicial que envolvia esses gerentes, quando reintegrados, ou até a realização de novas eleições, a efectivar no prazo máximo de seis meses após o termo daquele processo.

Em 1971, pela primeira vez desde a sua existência, as eleições para o Sindicato Têxtil de Delães – que se realizariam no início desse ano – foram preparadas com extremo cuidado, organizando-se uma Lista B, de oposição, para as disputar. Com mais de um ano de antecedência, em 2 de Fevereiro de 1970, os elementos da Lista solicitaram ao Presidente da Câmara de Famalicão certidões de eleitor comprovativas da inscrição no recenseamento dos eleitores da Assembleia Nacional, uma exigência para poderem candidatar-se nas eleições para o Sindicato.

Quanto foi aberto o período eleitoral e a Lista B foi apresentada, esta causou, de imediato, um grande sobressalto nos apoiantes do regime: *“a chamada Lista B está fortemente apoiada por elementos políticos claramente opostos à política social do Governo, que tem desenvolvido uma campanha intensíssima junto dos trabalhadores, pois, desde o mês de Setembro [de 1970], os operários movimentaram-se em toda a sua região e iniciada a campanha surgem panfletos e postais apelando ao voto”*.

Refeito do susto inicial, o regime resolveu o problema recorrendo aos métodos habituais. A Comissão de Verificação entendeu aceitar a sufrágio apenas a Lista A, afecta ao regime, alegando que os elementos da Lista B não possuíam como habilitação literária mínima a aprovação no exame da 4ª classe, o que contrariava *“o disposto no artº 23º do Decreto-Lei nº 40 964, de 31/12/1956”*. Só que a lei invocada para a invalidação da Lista B já não era aplicável, pois tinha sido revogada pelo Decreto-Lei nº 49.058, de 14/06/1969, o primeiro da “abertura” marcelista. Só as incapacidades que privavam da qualidade de cidadão eleitor inibiam de ilegalidade.

Os candidatos da Lista B apresentaram, de imediato, no Tribunal de Trabalho de V. N. Famalicão, uma acção de impugnação do acto eleitoral, que se iria realizar em 28 de Fevereiro de 1971. Esperavam que o Tribunal decretasse a suspensão dessa Assembleia Geral (não se realizando assim as eleições) e que reconhecesse a legalidade da sua Lista B. Prevendo que o Tribunal não se pronunciasse atempadamente, ordenando a suspensão do acto eleitoral, os elementos da Lista B apelaram à abstenção. No entanto, o acto eleitoral veio a ser, efectivamente, suspenso pelo Tribunal. Mas só em 4 de Maio de 1971 foi julgada a acção de impugnação, dando razão à Lista B. Inconformado com a derrota, o delegado de Braga do *Instituto Nacional do Trabalho e Previdência* (INTP) solicitou ao Secretário de Estado do Trabalho e Previdência que submetesse a apreciação do processo ao Supremo Tribunal Administrativo. Passados largos meses, o Supremo encontrou um pretexto formal para anular a sentença que favorecia a Lista B. Tudo ficou na mesma e o Sindicato permaneceu ilegalmente, nas mãos dos serventuários do regime.